



Estratégia
Carreira Jurídica

5º SIMULADO

INÉDITO PROGRESSIVO



5º Simulado Progressivo

Regulares para Delegado de Polícia – 24/04/21

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas nos concursos para Delegado de Polícia Civil;
- 2 – A prova contém 100 itens que abordam conhecimentos cobrados em editais de concursos da área;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil de concursos da área, com questões de múltipla escolha A, B, C, D, E.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 12:30** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <http://bit.ly/Simulado-Delegado-24-04>

- | | | | | |
|----------------|----------------|----------------|----------------|-----------------|
| 01 – A B C D E | 21 – A B C D E | 41 – A B C D E | 61 – A B C D E | 81 – A B C D E |
| 02 – A B C D E | 22 – A B C D E | 42 – A B C D E | 62 – A B C D E | 82 – A B C D E |
| 03 – A B C D E | 23 – A B C D E | 43 – A B C D E | 63 – A B C D E | 83 – A B C D E |
| 04 – A B C D E | 24 – A B C D E | 44 – A B C D E | 64 – A B C D E | 84 – A B C D E |
| 05 – A B C D E | 25 – A B C D E | 45 – A B C D E | 65 – A B C D E | 85 – A B C D E |
| 06 – A B C D E | 26 – A B C D E | 46 – A B C D E | 66 – A B C D E | 86 – A B C D E |
| 07 – A B C D E | 27 – A B C D E | 47 – A B C D E | 67 – A B C D E | 87 – A B C D E |
| 08 – A B C D E | 28 – A B C D E | 48 – A B C D E | 68 – A B C D E | 88 – A B C D E |
| 09 – A B C D E | 29 – A B C D E | 49 – A B C D E | 69 – A B C D E | 89 – A B C D E |
| 10 – A B C D E | 30 – A B C D E | 50 – A B C D E | 70 – A B C D E | 90 – A B C D E |
| 11 – A B C D E | 31 – A B C D E | 51 – A B C D E | 71 – A B C D E | 91 – A B C D E |
| 12 – A B C D E | 32 – A B C D E | 52 – A B C D E | 72 – A B C D E | 92 – A B C D E |
| 13 – A B C D E | 33 – A B C D E | 53 – A B C D E | 73 – A B C D E | 93 – A B C D E |
| 14 – A B C D E | 34 – A B C D E | 54 – A B C D E | 74 – A B C D E | 94 – A B C D E |
| 15 – A B C D E | 35 – A B C D E | 55 – A B C D E | 75 – A B C D E | 95 – A B C D E |
| 16 – A B C D E | 36 – A B C D E | 56 – A B C D E | 76 – A B C D E | 96 – A B C D E |
| 17 – A B C D E | 37 – A B C D E | 57 – A B C D E | 77 – A B C D E | 97 – A B C D E |
| 18 – A B C D E | 38 – A B C D E | 58 – A B C D E | 78 – A B C D E | 98 – A B C D E |
| 19 – A B C D E | 39 – A B C D E | 59 – A B C D E | 79 – A B C D E | 99 – A B C D E |
| 20 – A B C D E | 40 – A B C D E | 60 – A B C D E | 80 – A B C D E | 100 – A B C D E |

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

01. Situação hipotética: O Presidente da República, em razão da pandemia causada pelo novo Coronavírus, apresentou uma proposta de emenda à Constituição Federal (PEC) para retirar dos municípios a competência para tratar dos assuntos de interesse local. A proposta foi aprovada pelas duas Casas do Congresso Nacional, em dois turnos de votação, tendo atingido em cada turno em cada Casa o quórum de três quintos do total de membros. Em seguida, a proposta seguiu para a promulgação. Considerando o caso hipotético narrado, é correto afirmar que a PEC é

- a) inconstitucional, uma vez que proposta sobre o assunto só poderia ser apresentada por mais da metade das Assembleias Legislativas, cada uma representada pela sua maioria relativa.
- b) constitucional, tendo sido cumprido o devido processo legislativo.
- c) inconstitucional, porque proposta de emenda não pode ser votada durante estado de calamidade pública.
- d) inconstitucional, pois o quórum necessário para aprovar emendas à Constituição Federal é o de dois terços do total de membros de cada Casa do Congresso Nacional.
- e) inconstitucional, porque a proposta fere a autonomia municipal, princípio federativo amparado por cláusula pétreia.

02. A respeito da repartição de competências legislativas, à luz da Constituição Federal e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, indique a alternativa incorreta:

- a) A Lei distrital que proíbe as empresas de telecomunicações de cobrarem taxas para a instalação do segundo ponto de acesso à internet é constitucional, pois embora seja da competência da União legislar sobre telecomunicações, a competência para dispor sobre os direitos do consumidor é concorrente.
- b) Lei estadual que autoriza policiais militares utilizarem em serviço armas apreendidas é inconstitucional, tendo em vista que compete à

União autorizar e fiscalizar a produção e o comércio de material bélico.

- c) Lei estadual que fixa prazos máximos, segundo a faixa etária dos usuários, para a autorização de exames pelas operadoras de plano de saúde, é inconstitucional, porque compete à União legislar sobre seguros e fiscalizar as operações relacionadas a essa matéria.
- d) É inconstitucional lei distrital que concede gratificação por risco de vida aos policiais e bombeiros militares do Distrito Federal, porque compete à União organizar e manter a polícia civil, a polícia militar e o corpo de bombeiros militar do Distrito Federal.
- e) É inconstitucional a lei estadual que obriga a instalação de cinto de segurança em veículos de transporte coletivo.

03. A respeito do Distrito Federal e dos Territórios, indique a assertiva correta.

- a) O Distrito Federal, assim como se aplica aos Territórios, não pode ser dividido em Municípios.
- b) O Distrito Federal é um ente federativo híbrido, capaz de exercer competências legislativas estaduais e municipais.
- c) O Distrito Federal se organiza por meio de lei orgânica, votada em dois turnos, com interstício mínimo de dez dias, sendo aprovada por dois terços da Câmara Legislativa e promulgada pelo Governador, atendidos os princípios estabelecidos na Constituição.
- d) As contas do Governo do Território serão submetidas ao Senado Federal, com parecer prévio do Tribunal de Contas da União.
- e) Os Territórios, diferente do que se aplica ao Distrito Federal, não elegem deputados federais e nem senadores.

04. A respeito do Poder Legislativo, indique a alternativa correta.

- a) A instauração de processo criminal contra Deputados e Senadores depende de prévia autorização legislativa, por decisão da maioria absoluta dos membros da respectiva Casa do Congresso Nacional.
- b) A criação de CPI depende de requerimento de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara ou do Senado, em conjunto ou separadamente.
- c) Compete ao Congresso Nacional processar e julgar o Procurador-Geral da República por crime de responsabilidade.
- d) Em regra, as deliberações de cada Casa do Congresso Nacional e de suas Comissões são tomadas por maioria absoluta de seus membros.
- e) As Comissões Permanentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, diferentemente do que se aplica às Comissões Parlamentares de Inquérito, não podem convocar Ministro de Estado para prestar, pessoalmente, informações sobre assunto determinado.

05. Acerca do processo legislativo, de acordo com a Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- a) A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação ao Senado Federal de projeto de lei subscrito por, no mínimo, dois por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.
- b) Nos projetos sobre organização dos serviços administrativos da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, dos Tribunais Federais e do Ministério Público é admitido aumento da despesa prevista.
- c) A discussão e a votação dos projetos de lei de iniciativa do Presidente da República, do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores terão início no Senado Federal.
- d) O Presidente da República não poderá solicitar urgência para apreciação de projetos de sua iniciativa.
- e) A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara

dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

06. Conforme o sistema de governo adotado pelo Estado, o Poder Executivo será exercido por um órgão pluripessoal ou por órgão unipessoal. A respeito desse assunto, indique a assertiva correta.

- a) No sistema presidencialista de governo, o Presidente da República apenas exerce a função de Chefe de Governo.
- b) Cabe ao chefe de Governo representar o Estado nas suas relações internacionais.
- c) Cabe ao Chefe de Estado exercer a liderança política nacional e gerir a máquina administrativa.
- d) No sistema parlamentarista de governo, diferentemente do que se aplica ao modelo presidencialista, o Poder Executivo é chefiado por uma só pessoa, que acumula as atribuições de chefe de Estado e de Chefe de Governo.
- e) No Brasil, o Presidente da República acumula as funções de Chefe de Estado, Chefe de Governo e Chefe da Administração Pública Federal.

07. Em sede de apelação, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, ao analisar um conflito entre uma lei distrital e uma lei federal, julgou válida a primeira e afastou a aplicação da segunda. Conforme redação da Constituição Federal, da decisão cabe

- a) recurso extraordinário ao Supremo Tribunal Federal.
- b) recurso especial ao Superior Tribunal de Justiça.
- c) recurso ordinário ao Supremo Tribunal Federal.
- d) recurso ordinário ao Superior Tribunal de Justiça.
- e) Reclamação.

08. A arguição de descumprimento de preceito fundamental

- a) não admite, diversamente da ação direta de inconstitucionalidade, a participação de órgão e entidades na qualidade de amici curiae.
- b) conta, assim como funciona na ação declaratória de constitucionalidade, com a participação obrigatória do Advogado-Geral da União como curador da presunção de constitucionalidade da lei.
- c) diversamente da ação direta de inconstitucionalidade, pode ser utilizada para arguir a incompatibilidade de lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal, incluídos os anteriores à Constituição;
- d) embora seja irrecurável, a decisão que julga procedente ou improcedente o pedido em arguição de descumprimento de preceito fundamental pode ser objeto de ação rescisória.
- e) tal qual ocorre com a ação declaratória de constitucionalidade, tem como requisito a existência de controvérsia judicial relevante sobre a aplicação da disposição objeto da ação e tem como objeto lei ou ato normativo federal ou estadual.

09. A respeito das Funções essenciais à Justiça, indique a alternativa INCORRETA.

- a) A unidade, a indivisibilidade e a independência funcional são princípios institucionais do Ministério Público e da Defensoria Pública.
- b) Segundo posicionamento doutrinário majoritário, o Ministério Público, por ser instituição permanente destinada a defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis, não pode ser extinto nem mesmo por emenda à Constituição.
- c) Vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de subsídio são garantias constitucionais de magistrados, membros do Ministério Público e defensores públicos. Servidores de carreira da advocacia pública não são vitalícios, mas apenas estáveis, após três anos de exercício.
- d) A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional representa a União na execução da dívida ativa de natureza tributária.

e) Os membros do Ministério Público, os Defensores Públicos e os membros da Advocacia -Geral da União devem ser remunerados por meio de subsídio.

10. A respeito da ordem social, conforme definição expressa da Constituição Federal, indique a assertiva INCORRETA.

- a) O primado do trabalho é a base da ordem social e esta tem por objetivo o bem-estar e a justiça sociais.
- b) A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à educação e à assistência social.
- c) Seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços e irredutibilidade do valor dos benefícios são objetivos da seguridade social.
- d) Pessoas jurídicas em débito com o sistema da seguridade social não podem contratar com o Poder Público nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.
- e) As entidades beneficentes de assistência social que cumprem os requisitos estabelecidos por lei são isentas de contribuição para a seguridade social.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Rodolfo Penna

11. A respeito da responsabilidade civil do Estado, pode-se afirmar que

- a) Em razão da previsão de responsabilidade civil objetiva do Estado, não se admite o direito de regresso contra o agente público responsável por dano causado ao ente privado.
- b) A responsabilização objetiva do Estado em caso de morte de detento somente ocorre quando houver inobservância do dever específico de proteção previsto no art. 5º, inciso XLIX, da Constituição Federal.
- c) A responsabilidade civil da pessoa jurídica de direito público pelos atos causados por seus agentes é objetiva, tendo a mesma natureza, a responsabilidade civil dos agentes públicos.
- d) O Estado será sempre responsável pelos danos decorrentes de crime praticado por pessoa foragida do sistema prisional.
- e) O Supremo Tribunal Federal decidiu recentemente que o Estado não responde pelos atos dos tabeliães e registradores oficiais que, no exercício de suas funções, causem danos a terceiros.

12. Sobre a intervenção do estado na propriedade, é incorreto afirmar

- a) A requisição administrativa depende de prévia autorização judicial.
- b) Ao imóvel desapropriado para implantação de parcelamento popular, destinado às classes de menor renda, não se dará outra utilização nem haverá retrocessão.
- c) O tombamento pode ser compulsório quando o proprietário se recusar a anuir, devendo ser instaurado procedimento administrativo.
- d) As restrições ao direito de propriedade impostas por normas ambientais configuram limitações administrativas.
- e) A desapropriação por descumprimento da função social da propriedade urbana é de competência do Município. Já a desapropriação por descumprimento da função social da propriedade rural, para fins de reforma agrária, é de competência exclusiva da União.

13. Sobre as disposições concernentes aos bens públicos, assinale a alternativa correta

- a) Os bens das empresas públicas ou sociedades de economia mista prestadoras de serviço público, ainda que afetados a essa finalidade, são considerados bens privados.
- b) Os bens públicos estão sujeitos a usucapião.
- c) A utilização dos bens de uso comum do povo, os quais são destinados à utilização geral pelos indivíduos, não pode sofrer restrições por ato do poder público.
- d) As terras devolutas pertencem, em regra, aos Estados-membros, com exceção daquelas indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares, das vias federais de comunicação e à preservação ambiental, que são de propriedade da União.
- e) As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios são exemplos de bens de uso especial e pertencem aos Estados.

14. Sobre a disciplina do Processo Administrativo, nos termos da Lei n. 9.784/1999, constituem direitos ou deveres dos administrados, EXCETO

- a) Prestar as informações que lhe forem solicitadas e colaborar para o esclarecimento dos fatos.
- b) Fazer-se assistir, obrigatoriamente, por advogado, em todas as etapas do processo administrativo.
- c) Ser tratado com respeito pelas autoridades e servidores, que deverão facilitar o exercício de seus direitos e o cumprimento de suas obrigações.
- d) Proceder com lealdade, urbanidade e boa-fé.
- e) Formular alegações e apresentar documentos antes da decisão, os quais serão objeto de consideração pelo órgão competente.

15. Assinale a alternativa que se coaduna com o entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça sobre Desapropriação

- a) Na desapropriação direta, os juros compensatórios são devidos desde a antecipada imissão na posse e, na desapropriação indireta, a partir da efetiva ocupação do imóvel.
- b) Os juros compensatórios, na desapropriação direta, incidem a partir da imissão na posse, calculados sobre o valor da indenização, sem direito a correção monetária.
- c) A incidência dos juros moratórios sobre os compensatórios, nas ações expropriatórias, constitui anatocismo vedado em lei.
- d) Na desapropriação para instituir servidão administrativa não são devidos os juros compensatórios pela limitação de uso da propriedade.
- e) A invasão do imóvel não é causa de suspensão do processo expropriatório para fins de reforma agrária.

16. Acerca dos bens públicos e da intervenção do Estado da propriedade privada, assinale a alternativa correta

- a) Os prédios públicos desativados são considerados bens de uso especial.
- b) Os registros de propriedade particular de imóveis situados em terrenos de marinha são oponíveis à União.
- c) Uma das diferenças gerais entre os institutos da ocupação temporária e da requisição é que, naquele, o caráter é de onerosidade, enquanto, neste, de regra, impõe-se a gratuidade.
- d) O Supremo Tribunal Federal já afirmou que a hierarquia verticalizada dos entes federados prevista expressamente na Lei de Desapropriação (Decreto-lei no 3.365/41) se estende ao tombamento, vedando-se, em consequência, que Estado possa tomar bem da União, e Município possa tomar bem estadual ou federal.
- e) A desapropriação por utilidade pública deve ser efetivada mediante acordo ou intentada judicialmente, no prazo de cinco anos, contados da data da expedição do decreto.

17. Sobre a responsabilidade civil do Estado, responda

- a) O particular que sofrer um dano decorrente da atuação da Administração Pública, poderá propor ação de reparação do dano em face do Ente Público e do agente público que praticou o ato em litisconsórcio passivo.
- b) De acordo com a teoria do risco integral, o Estado responde objetivamente pelos danos causados pelos seus agentes atuando nesta qualidade, mas poderá alegar causas excludentes da responsabilidade para se eximir de indenizar o particular, tais como a culpa exclusiva da vítima, a culpa de terceiro e o caso fortuito ou a força maior.
- c) O Estado será responsabilizado objetivamente por maus tratos de detento, tanto pelos danos materiais quanto pelos danos morais, tendo em vista o seu dever de manter padrões mínimos de humanidade nos presídios.
- d) O Estado não será responsável pelo suicídio do preso, uma vez que não é possível ao Ente Pública evitar essa conduta do presidiário.
- e) Em nenhuma hipótese o Estado poderá ser responsabilizado por atos legislativos.

18. Acerca da intervenção do Estado da propriedade privada, assinale a alternativa correta

- a) Servidão administrativa consiste na autorização do Poder Público para usar o imóvel de propriedade particular, desde que mediante lei previamente editada.
- b) Pela requisição, o Poder Público fica autorizado a utilizar de maneira permanente bens móveis, imóveis e serviços particulares em situação de perigo público iminente.
- c) A alegação de urgência deve constar obrigatoriamente do decreto de utilidade pública e obrigará o expropriante a requerer a imissão provisória dentro do prazo improrrogável de 120 (cento e vinte) dias a contar de sua publicação.
- d) Notificado administrativamente o expropriado, ele terá o prazo de 15 (quinze) dias para aceitar ou rejeitar a oferta de indenização, sendo que o silêncio será considerado aceitação.
- e) Caso a administração dê destinação diferente daquela para a qual o imóvel foi desapropriado, o expropriado tem direito de preferência, pelo preço atual da coisa, salvo no caso de tredestinação lícita.

19. Acerca do Processo Administrativo Federal, regido pela Lei 9.784/1999, bem como do entendimento do Supremo Tribunal Federal acerca do tema, assinale a alternativa correta

- a) O Supremo Tribunal Federal entende que não é necessária a observância do devido processo legal para a anulação de ato administrativo que tenha repercutido no campo dos interesses individuais.
- b) A convalidação de decisão administrativa com defeitos sanáveis é um dever condicionado à não ocorrência de lesão ao interesse público e prejuízo a terceiros.
- c) Das decisões administrativas cabe recurso, em face de razões de legalidade e de mérito, o qual deve ser dirigido à autoridade superior àquela que proferiu a decisão.
- d) Conforme o Supremo Tribunal Federal, é obrigatória a representação por advogado para o exercício do direito à recorribilidade de decisão proferida em processo administrativo.

e) É impedido de atuar em processo administrativo o servidor que esteja litigando judicialmente com o cônjuge ou o companheiro do interessado.

20. No tocante a temática da responsabilidade civil do Estado, assinale a alternativa incorreta

- a) Um delegado de polícia, ao tentar evitar ato de violência contra uma criança, disparou, contra o ofensor, vários tiros com revólver de propriedade da polícia. Por erro de mira, o delegado causou a morte de um transeunte. Nessa situação hipotética, a responsabilidade civil do Estado existirá se ficar provado o nexo de causalidade entre o dano e a ação.
- b) A apuração de eventual responsabilidade civil dos agentes dispensa a presença de conduta dolosa ou culposa.
- c) Para a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, o Estado não responde civilmente por atos ilícitos praticados por foragidos do sistema penitenciário, salvo quando os danos decorrem direta ou imediatamente do ato de fuga.
- d) Para que se reconheça o dever de indenizar do Estado, é imprescindível que haja um dano, ainda que exclusivamente moral, a um bem tutelado pelo direito, não sendo suficiente a simples demonstração de prejuízo.
- e) As empresas públicas e as sociedades de economia mista que explorem atividade econômica não se submetem às regras de responsabilidade civil do Estado.

DIREITO PENAL

Michael Procópio

Julgue os itens a seguir.

21. De acordo com os conhecimentos referente ao tráfico de pessoas, julgue a assertiva correta:

- a) Poderá ser levada ao exterior, pessoa maior de idade, com o seu consentimento, com a finalidade de se prostituir sem que assim haja a caracterização do tráfico de pessoas.
- b) A partir da assinatura do Protocolo de Palermo o Brasil adotou todas as medidas cabíveis ao combate ao tráfico de pessoas, assim tipificando todas as condutas.
- c) As condutas com punições referentes ao crime de tráfico de pessoas encontradas no Código Penal são restritas, uma vez que atende o compromisso assumido em âmbito internacional.
- d) O crime de tráfico de pessoas está previsto no rol de crimes hediondos, assim o livramento condicional de acusados ocorre de acordo com a legislação pertinente a crime hediondo.
- e) De acordo com Código Penal, se praticadas com a finalidade de adoção ilegal ou exploração sexual, são puníveis as condutas de agenciar, aliciar, recrutar, comprar, transportar, transferir, alojar ou acolher pessoa, mediante grave ameaça, coação, fraude ou abuso.

22. De acordo com o Código Penal e as hipóteses apresentadas a seguir assinale a assertiva que a situação narrada caracterize violação de domicílio

- a) Joana, faz passeios pelas ruas internas de um condomínio de casas, durante o passeio, Joana se interessa por uma rosa em um jardim de uma residência que não possui muros e tem livre acesso, assim decide adentrar e retirar para si uma muda da rosa pois entrou regularmente dentro do condomínio.
- b) Jeremias e Lola são casados há 7 anos, porém o relacionamento veio se desgastando por brigas e discussões do casal, por esses motivos decidem se divorciar. Os dois fizeram um acordo de Jeremias deixaria imóvel e residiria em outro local, o que o fez.

Um tempo depois Lola viaja com o novo namorado e deixa o imóvel sem ninguém, nesse tempo Jeremias retorna ao imóvel e se instala sem a ciência de Lola.

- c) Clemente é fotógrafo e foi contratado para realizar as fotos do Aniversário de Duda que completará 15 anos. No dia do evento Clemente se equivoca quanto ao endereço que por coincidência o leva para outro aniversário de 15 anos. Barrado pelos seguranças da festa, ainda sem saber de seu equívoco, Clemente se recusa a sair da referida festa, o que só acontece quando a polícia militar chega ao local.
- d) Valdemira precisou fazer horas extras no trabalho deixando-o mais tarde que o esperado, notando que não chegaria em casa a tempo de ver o último capítulo de sua novela favorita, entra em um hotel em cujo saguão havia uma televisão ligada e assim permanece, entre os hóspedes.
- e) José está de viagem e não consegue hotel para dormir, assim encontra um apartamento de propriedade de Lucas, o qual se encontra vazio e destinado a locação. Ocorre que, embora José só quisesse passar a noite, gostou do imóvel e decide assim fazer de lá sua nova moradia.

23. Segundo a classificação dos crimes quanto ao momento da consumação e a que relaciona ao resultado normativo, o delito de sequestro e cárcere privado é classificado como:

- a) habitual e de perigo
- b) continuado e de dano
- c) permanente e de perigo
- d) habitual e de dano
- e) permanente e de dano

24. Jonas pratica o crime de furto de um objeto de consumo no valor de 300 reais mediante a quebra de um cadeado, sendo Jonas réu primário e de bons antecedentes, estará caracterizada a:

- a) prática de furto privilegiado qualificado.
- b) prática de furto simples.
- c) hipótese de perdão judicial.
- d) prática de furto famélico, conduta isenta de pena.
- e) ausência de crime.

25. Lucas e Adolfo adentram a residência de Rosângela em busca de dinheiro e objetos de valor que pudessem levar. Amarram-na e passam a procurar dinheiro na casa. Entretanto, ouvem o barulho do carro do seu filho, estacionando na garagem, e decidem deixar a residência às pressas sem nada levarem. Seu filho, ao desatar o nó da corda, acaba machucando a própria mãe, que sofre lesão grave. Os indivíduos foram presos pouco tempo depois e Rosângela foi levada ao hospital.

De acordo com a situação hipotética narrada assinale a assertiva que melhor se enquadra na tipificação de Lucas e Adolfo.

- a) Roubo tentado majorado por concurso de agentes e restrição da liberdade da vítima.
- b) Roubo tentado qualificado pela lesão corporal grave e majorado pelo concurso de agentes e restrição da liberdade da vítima.
- c) Roubo consumado qualificado pela lesão corporal grave sofrida pela vítima.
- d) De acordo com a doutrina, pode-se dizer que, diante da ocorrência de um obstáculo erroneamente suposto, ambos respondem por tentativa abandonada ou qualificada.
- e) Lucas e Adolfo não responderão pelo crime de roubo, pois ocorreu aquilo que a doutrina compreende como sendo uma desistência voluntária pelos agentes.

26. Marta adentra uma loja de roupas com intenção de subtrair objeto, coloca em sua mochila várias peças de roupas e consegue sair do local sem que ninguém notasse. Marta foi detida, não muito longe do local, pois foi flagrada pelas câmeras da loja, que estavam sendo monitoradas pelos seguranças. As peças de roupas que estavam com Marta foram recuperadas e avaliadas no valor de novecentos reais. Na situação narrada caracterizou-se:

- a) uma situação de crime impossível por absoluta imprópriedade do objeto.
- b) um fato atípico, pela incidência do princípio da insignificância
- c) a prática de estelionato mediante fraude.
- d) uma situação de crime impossível por ineficácia absoluta do meio.

e) a prática de crime de furto.

27. Marcos gosta de assistir a filmes aos finais de semana com sua namorada. Ele costuma comprar com um vendedor ambulante que faz cópias de filmes que ainda estão em cartaz no cinema. Sobre a simples exposição à venda de cópias não autorizadas de filmes sob a forma de DVD constitui

- a) mero ato preparatório.
- b) fato atípico.
- c) apenas um ilícito civil.
- d) crime contra a propriedade imaterial.
- e) contravenção relativa à violação de objeto.

28. No que diz respeito ao crime de que trata o art. 198 do Código Penal — atentado contra a liberdade de trabalho e boicotagem violenta —, assinale a opção correta.

- a) A competência é da Justiça Federal para o processamento de ação que envolva a prática desse crime, independentemente de se atingirem direitos coletivos dos trabalhadores.
- b) O agente que constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a adquirir de outrem matéria-prima ou produto industrial agrícola configura o crime previsto no referido artigo.
- c) Cometerá o referido crime aquele que, mediante violência ou grave ameaça, constranger alguém a não celebrar contrato de trabalho.
- d) Haverá concurso de crimes se o agente praticar mais de uma das condutas previstas no art. 198 do CP.
- e) O referido crime classifica-se como crime próprio.

29. Pedro, empresário do ramo de borracha, mediante promessa de mal futuro, sério e verossímil, constrangeu Maria, proprietária de empresa concorrente, a não adquirir de terceiro matéria-prima necessária para a fabricação de seus produtos. No caso, Pedro cometeu o crime de

- a) atentado contra a liberdade na contratação de produtos e serviços.
- b) boicotagem violenta.
- c) atentado contra a liberdade de trabalho.
- d) sabotagem.
- e) constrangimento ilegal.

30. NÃO faz parte do rol de crimes contra a organização do trabalho

- a) exercício de atividade com infração de decisão administrativa.
- b) aliciamento para o fim de emigração.
- c) atentado contra a liberdade de associação.
- d) redução a condição análoga à de escravo.
- e) boicotagem violenta.

31. O crime de boicotagem violenta se configura com a ação de

- a) participar de suspensão ou abandono coletivo de trabalho, provocando a interrupção de obra pública ou serviço de interesse coletivo.
- b) danificar estabelecimento industrial, comercial ou agrícola com o intuito de impedir ou embaraçar o curso normal do trabalho.
- c) constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a abrir ou fechar o seu estabelecimento, ou a participar de parede ou paralisação de atividade econômica.
- d) constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a não fornecer a outrem ou não adquirir de outrem matéria-prima ou produto industrial ou agrícola.
- e) participar de suspensão ou abandono coletivo de trabalho, praticando violência contra pessoa ou contra coisa.

32. Em razão da vítima ser menor de dezoito anos ou idosa constitui causa de aumento da pena no crime de:

- a) frustração de direito assegurado por lei trabalhista.
- b) atentado contra a liberdade de trabalho.
- c) atentado contra a liberdade de associação.
- d) atentado contra a liberdade de contrato de trabalho.
- e) aliciamento para o fim de imigração.

33. A conduta de o agente tomar para si coisa sobre a qual tem o fâmulos da posse, ou seja, que utiliza e mantém sob sua guarda durante o expediente de trabalho, com ânimo de assenhoreamento definitivo, com a ajuda de terceiro na execução da conduta, configura crime de:

- a) furto.
- b) apropriação indébita em concurso de pessoas.
- c) apropriação indébita qualificada.
- d) furto qualificado.
- e) estelionato.

34. Matheus, mediante emprego de violência e grave ameaça, subtraiu um telefone celular de Maria Laura, avaliado em R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), mantendo-a em seu poder, restringindo sua liberdade por duas horas, tempo necessário para garantir o sucesso da ação ilícita. Matheus responderá pelo crime de

- a) roubo impróprio.
- b) roubo e sequestro, em concurso material.
- c) apenas sequestro, já que o roubo é absorvido.
- d) roubo e sequestro, em concurso formal.
- e) roubo majorado.

35. Rogério entra na casa da vítima, que estava vazia, e subtrai o dinheiro que estava guardado em local próprio. Quando já estava prestes a sair, foi flagrado pela vítima, que voltava para casa com sua esposa. Para garantir o sucesso da ação criminosa com posse do dinheiro, Rogério apontou o revólver para a vítima e sua esposa, ameaçando-os. De acordo com o Código Penal brasileiro, Rogério cometeu:

- a) Roubo (Art. 157 do CP) em concurso formal com ameaça (Art. 147 do CP).
- b) Extorsão (Art. 158 do CP).
- c) Furto (Art. 155 do CP) em concurso material com Roubo (Art. 157 do CP).
- d) Roubo impróprio (Art. 157, § 1º do CP).
- e) Furto e Ameaça.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Guilherme Rezende

36. Poderá o juiz substituir a prisão preventiva pela domiciliar, salvo quando o agente for:

- a) maior de 80 (oitenta) anos;
- b) extremamente debilitado por motivo de doença grave.
- c) imprescindível aos cuidados especiais de pessoa menor de 6 (seis) anos de idade ou com deficiência;
- d) gestante;
- e) homem, mesmo não sendo o único responsável pelos cuidados do filho de até 12 (doze) anos de idade incompletos.

37. Assinale a alternativa incorreta:

- a) A proibição de ausentar-se do País será comunicada pelo juiz às autoridades encarregadas de fiscalizar as saídas do território nacional, intimando-se o indiciado ou acusado para entregar o passaporte, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.
- b) A autoridade judicial somente poderá conceder fiança nos casos de infração cuja pena privativa de liberdade máxima não seja superior a 4 (quatro) anos.

c) O réu afiançado não poderá, sob pena de quebração da fiança, mudar de residência, sem prévia permissão da autoridade processante, ou ausentar-se por mais de 8 (oito) dias de sua residência, sem comunicar àquela autoridade o lugar onde será encontrado.

d) A fiança, que será sempre definitiva, consistirá em depósito de dinheiro, pedras, objetos ou metais preciosos, títulos da dívida pública, federal, estadual ou municipal, ou em hipoteca inscrita em primeiro lugar.

e) O valor em que consistir a fiança será recolhido à repartição arrecadadora federal ou estadual, ou entregue ao depositário público, juntando-se aos autos os respectivos conhecimentos.

38. Assinale a alternativa incorreta:

a) Em caso de prisão em flagrante, será competente para conceder a fiança a autoridade que presidir ao respectivo auto, e, em caso de prisão por mandado, o juiz que o houver expedido, ou a autoridade judiciária ou policial a quem tiver sido requisitada a prisão.

b) A concessão de fiança depende da prévia oitiva do Ministério Público.

c) Será cassada a fiança quando reconhecida a existência de delito inafiançável, no caso de inovação na classificação do delito.

d) No caso de perda da fiança, o seu valor, deduzidas as custas e mais encargos a que o acusado estiver obrigado, será recolhido ao fundo penitenciário, na forma da lei.

e) Nos casos em que couber fiança, o juiz, verificando a situação econômica do preso, poderá conceder-lhe liberdade provisória, sujeitando-o às obrigações constantes dos artigos 327 e 328, do CPP e a outras medidas cautelares, se for o caso.

39. Julgar-se-á quebrada a fiança, exceto quando o acusado

- a) regularmente intimado para ato do processo, deixar de comparecer, sem motivo justo.
- b) deliberadamente praticar ato de obstrução ao andamento do processo.
- c) descumprir medida cautelar imposta cumulativamente com a fiança.
- d) resistir injustificadamente a ordem judicial.
- e) praticar nova infração penal, mesmo que culposa.

40. Assinale a alternativa incorreta:

- a) Não será concedida fiança aos que, no mesmo processo, tiverem quebrado fiança anteriormente concedida ou infringido, sem motivo justo, qualquer das obrigações a que se referem os artigos 327 e 328, do CPP.
- b) Não será concedida fiança em caso de prisão civil ou militar.
- c) Não será concedida fiança quando presentes os motivos que autorizam a decretação da prisão preventiva.
- d) A prisão preventiva imposta à mulher gestante ou que for mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência será substituída por prisão domiciliar, independentemente do crime cometido.
- e) Não será concedida fiança nos crimes de racismo.

41. Não constitui hipótese de absolvição sumária no procedimento comum ordinário:

- a) a atipicidade da conduta
- b) a possível existência de causa excludente da ilicitude do fato.
- c) a existência manifesta de causa excludente da culpabilidade do agente, salvo inimputabilidade.
- d) que o fato narrado evidentemente não constitui crime
- e) extinta a punibilidade do agente.

42. Ao final da primeira fase do júri o juiz pode proferir uma destas decisões, exceto:

- a) pronúncia
- b) impronúncia
- c) absolvição sumária imprópria
- d) desclassificatória
- e) condenatória

43. As decisões proferidas pelo Conselho de Sentença são classificadas como:

- a) subjetivamente complexa
- b) subjetivamente simples
- c) subjetivamente plúrima
- d) de juízo de admissibilidade
- e) declaratória de extinção da punibilidade.

44. A sentença que se limitar a invocar precedente ou enunciado de súmula, sem identificar seus fundamentos determinantes nem demonstrar que o caso sob julgamento se ajusta àqueles fundamentos é tida como uma sentença:

- a) vazia
- b) suicida
- c) independente
- d) condenatória
- e) interlocutória mista terminativa

45. A decisão que rejeita a denúncia no procedimento comum sumaríssimo desafia:

- a) recurso extraordinário
- b) recurso especial
- c) apelação
- d) embargos de divergência
- e) recurso em sentido estrito

46. Contra a decisão do delegado de polícia que indefere acesso aos autos da investigação ao advogado com procuração, violando o teor do verbete de súmula vinculante 14, é atacável por meio de:

- a) recurso extraordinário
- b) recurso especial
- c) reclamação
- d) apelação
- e) recurso em sentido estrito

47. Assinale a alternativa incorreta:

- a) O juiz, fundamentadamente, pronunciará o acusado, se convencido da materialidade do fato e da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação.
- b) Não se convencendo da materialidade do fato ou da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação, o juiz, fundamentadamente, impronunciará o acusado.
- c) Se houver indícios de autoria ou de participação de outras pessoas não incluídas na acusação, o juiz, ao pronunciar ou impronunciar o acusado, determinará o retorno dos autos ao Ministério Público, por 15 (quinze) dias, aplicável, no que couber, o artigo 80, do CPP.
- d) O juiz poderá dar ao fato definição jurídica diversa da constante da acusação, embora o acusado fique sujeito a pena mais grave.
- e) Contra a sentença de impronúncia ou de absolvição sumária caberá recurso em sentido estrito.

48. Sobre o desaforamento, assinale a alternativa incorreta:

- a) Se o interesse da ordem pública o reclamar ou houver dúvida sobre a imparcialidade do júri ou a segurança pessoal do acusado, o Tribunal, a requerimento do Ministério Público, do assistente, do querelante ou do acusado ou mediante representação do juiz competente, poderá determinar o desaforamento do julgamento para outra comarca da mesma região, onde não existam aqueles motivos, preferindo-se as mais próximas.

b) O pedido de desaforamento será distribuído imediatamente e terá preferência de julgamento na Câmara ou Turma competente.

c) Sendo relevantes os motivos alegados, o relator poderá determinar, fundamentadamente, a suspensão do julgamento pelo júri.

d) Não há necessidade de oitiva do juiz presidente sobre pedido de desaforamento.

e) Na pendência de recurso contra a decisão de pronúncia ou quando efetivado o julgamento, não se admitirá o pedido de desaforamento, salvo, nesta última hipótese, quanto a fato ocorrido durante ou após a realização de julgamento anulado.

49. Sobre a emendatio libelli e a mutatio libelli, assinale a alternativa incorreta:

a) O juiz, sem modificar a descrição do fato contida na denúncia ou queixa, poderá atribuir-lhe definição jurídica diversa, ainda que, em consequência, tenha de aplicar pena mais grave.

b) Se, em consequência de definição jurídica diversa, houver possibilidade de proposta de suspensão condicional do processo, o juiz procederá de acordo com o disposto na lei.

c) Encerrada a instrução probatória, se entender cabível nova definição jurídica do fato, em consequência de prova existente nos autos de elemento ou circunstância da infração penal não contida na acusação, o Ministério Público deverá aditar a denúncia ou queixa, no prazo de 5 (cinco) dias, se em virtude desta houver sido instaurado o processo em crime de ação pública, reduzindo-se a termo o aditamento, quando feito oralmente.

d) Não procedendo o órgão do Ministério Público ao aditamento, deve o magistrado absolver o réu.

e) Não se aplicam à segunda instância o art. 384 e parágrafo único do Código de Processo Penal, que possibilitam dar nova definição jurídica ao fato delituoso, em virtude de circunstância elementar não contida, explícita ou implicitamente, na denúncia ou queixa.

50. Assinale a alternativa incorreta:

- a) Em qualquer fase da investigação policial ou do processo penal, caberá a prisão preventiva decretada pelo juiz, a requerimento do Ministério Público, do querelante ou do assistente, ou por representação da autoridade policial.
- b) Nos crimes de ação pública, o juiz não poderá proferir sentença condenatória, se o Ministério Público opinar pela absolvição.
- c) Se o juiz verificar que a presença do réu poderá causar humilhação, temor, ou sério constrangimento à testemunha ou ao ofendido, de modo que prejudique a verdade do depoimento, fará a inquirição por videoconferência e, somente na impossibilidade dessa forma, determinará a retirada do réu, prosseguindo na inquirição, com a presença do seu defensor.
- d) O juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, não podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.
- e) O desaforamento pode ser determinado, em razão do comprovado excesso de serviço, ouvidos o juiz presidente e a parte contrária, se o julgamento não puder ser realizado no prazo de 6 (seis) meses, contado do trânsito em julgado da decisão de pronúncia.

LEGISLAÇÃO PENAL E PROCESSUAL PENAL

Alex Fadel

51. À luz da legislação em vigor, assinale a alternativa correta:

- a) Dispensar licitação fora das hipóteses legais constitui crime previsto na Lei n.º 8.666/93.
- b) Não comete crime previsto na Lei n.º 8.666/93 aquele que perturbar a realização de qualquer ato do processo licitatório.
- c) Não constitui crime admitir modificação em favor do contratado durante a execução dos contratos celebrados com a Administração Pública sem autorização legal.
- d) Inexigir licitação fora das hipóteses legais constitui crime previsto na Lei n.º 8.666/93.
- e) De acordo com a Lei n.º 8.666/93, a pena de multa dos crimes em licitações não poderá ser inferior a 2% (dois por cento) do valor do contrato licitado.

52. Com base na Lei n.º 9.807/99, que dispõe sobre a proteção a vítima e a testemunhas, assinale a alternativa incorreta:

- a) O juiz competente para a instrução do processo criminal, dentre outros, poderá encaminhar ao órgão executor solicitação objetivando ingresso no programa de proteção.
- b) Os programas de proteção compreendem, dentre outras, as medidas de segurança na residência, incluindo o controle de telecomunicações e escolta e segurança nos deslocamentos da residência.
- c) A medida de ajuda financeira mensal para prover as despesas necessárias à subsistência – no caso do protegido impossibilitado de desenvolver trabalho regular ou de inexistência de qualquer fonte de renda – não submete-se a qualquer teto.
- d) Excepcionalmente e, consideradas as características e gravidade da coação ou ameaça, o conselho deliberativo poderá encaminhar requerimento do protegido ao juiz competente para registros públicos objetivando a alteração de nome completo.
- e) Em regra, a proteção oferecida pelo programa terá a duração máxima de dois anos.

53. À luz das previsões da Lei de Identificação Criminal (Lei n.º 12.037/2009), assinale a alternativa incorreta:

- a) Salvo nas hipóteses legais, o civilmente identificado não será submetido a identificação criminal.
- b) Para as finalidades da Lei n.º 12.037/2009, os documentos de identificação militares equiparam-se aos documentos de identificação civis.
- c) Embora apresentado documento de identificação, poderá ocorrer identificação criminal quando constar de registros policiais o uso de outros nomes ou diferentes qualificações.
- d) Se apresentado documento de identificação, não poderá ocorrer identificação criminal, mesmo que o documento apresente rasura ou indício de falsificação.
- e) Embora apresentado documento de identificação, poderá ocorrer identificação criminal quando o indiciado portar documentos de identidade distintos, com informações conflitantes entre si.

54. À luz das previsões da Lei n.º 10.446/2002, quando houver repercussão interestadual ou internacional que exija repressão uniforme, poderá o Departamento de Polícia Federal do Ministério da Justiça, sem prejuízo da responsabilidade dos órgãos de segurança pública (arrolados no art. 144 da Constituição Federal), proceder à investigação, dentre outras, das seguintes infrações penais, exceto:

- a) Sequestro, cárcere privado e extorsão mediante sequestro, se o agente foi impelido por motivação política ou quando praticado em razão da função pública exercida pela vítima.
- b) Furto de cargas, inclusive bens e valores, transportadas em operação interestadual ou internacional, quando houver indícios da atuação de quadrilha ou bando em mais de um Estado da Federação.
- c) Dano contra instituições financeiras, incluindo agências bancárias ou caixas eletrônicos, quando houver indícios da atuação de associação criminosa em mais de um Estado da Federação.
- d) Formação de cartel (crime contra a ordem econômica, previsto na Lei n.º 8.137/90).

e) Determinados crimes praticados por meio da rede mundial de computadores que difundam, exclusivamente, conteúdo misógeno, ou seja, que propagam o ódio aos homossexuais.

55. De acordo com a Lei n.º 7.492/86, não comete crime contra o sistema financeiro nacional aquele que:

- a) Alterar nota fiscal ou qualquer outro documento relativo à operação tributável.
- b) Pôr em circulação, sem autorização escrita da sociedade emissora, documento representativo de título ou valor mobiliário.
- c) Divulgar informação prejudicialmente incompleta sobre instituição financeira.
- d) Obter, mediante fraude, financiamento em instituição financeira.
- e) Atribuir falsa identidade a terceiro para realização de operação de câmbio.

56. Com base na Lei n.º 7.492/86, que define os crimes contra o sistema financeiro nacional, assinale a alternativa correta:

- a) A ação penal dos crimes previstos na Lei n.º 7.492/86 será promovida pelo Ministério Público Estadual.
- b) Quando o crime tiver sido praticado no âmbito de atividade sujeita à disciplina e à fiscalização da CVM, essa autarquia poderá requerer, no processo, seu ingresso como assistente.
- c) Quando a denúncia não for intentada no prazo legal, o ofendido poderá representar ao Procurador-Geral da República, somente para que este a ofereça.
- d) São penalmente responsáveis o controlador e os administradores de instituição financeira.
- e) Consideram-se administradores de instituição financeira os diretores, gerentes e, por equiparação, o interventor, o liquidante ou o síndico.

57. Acerca dos crimes previstos no Código de Defesa do Consumidor, é correto afirmar que:

- a) A pena de prestação de serviços à comunidade somente poderá ser aplicada isoladamente, visto que é vedada a sua cumulação com penas privativas de liberdade e de multa.
- b) Não comete crime aquele que deixar de entregar ao consumidor o termo de garantia com especificação de seu conteúdo.
- c) Uma das circunstâncias que agravam os crimes previstos no Código de Defesa do Consumidor é o fato de serem cometidos em época de grave crise econômica.
- d) As delegacias de polícia especializadas no atendimento de consumidores vítimas de infrações penais de consumo não constituem instrumento para a execução da Política Nacional das Relações de Consumo.
- e) A omissão de dizeres ou sinais ostensivos que atestem a nocividade de determinado produto nas suas embalagens configura crime previsto no Código de Defesa do Consumidor, que somente poderá ser punido na modalidade dolosa.

58. Com base no Código Eleitoral (Lei n.º 4.737/65), configura crime eleitoral, exceto:

- a) Embaraçar o exercício do sufrágio.
- b) Promover, no dia da eleição, com o fim de embaraçar o exercício do voto, a concentração de eleitores.
- c) Não observar a ordem em que os eleitores devem ser chamados a votar.
- d) Tentar votar mais de uma vez.
- e) Usar, no dia da eleição, broche manifestando individual e silenciosamente sua preferência por partido político, coligação ou candidato.

59. Sobre os crimes falimentares (Lei n.º 11.101/2005), os crimes contra a economia popular (Lei n.º 1.521/51), e os crimes descritos no Estatuto do Índio (Lei n.º 6.001/73), assinale a alternativa incorreta:

- a) O crime falimentar de omissão dos documentos contábeis obrigatórios é apenado com detenção.
- b) Os crimes previstos na Lei n.º 11.101/2005 são de ação penal pública condicionada a representação.
- c) Exigir do comprador que não compre de outro vendedor constitui crime contra a economia popular.
- d) Comete crime contra os índios e a cultura indígena, aquele que utilizar o índio como objeto de propaganda turística.
- e) A Lei n.º 11.101/2005 não se aplica a empresas públicas.

60. Sobre os crimes falimentares (Lei n.º 11.101/2005), os crimes contra a economia popular (Lei n.º 1.521/51), e os crimes descritos no Estatuto do Índio (Lei n.º 6.001/73), assinale a alternativa correta:

- a) A Lei n.º 11.101/2005 aplica-se a sociedade de economia mista.
- b) O Estatuto do Índio não prevê causa especial de aumento de pena se o crime nele previsto for praticado por funcionário do órgão de assistência ao índio.
- c) Reter matérias-primas necessárias ao consumo do povo, com o fim de dominar o mercado em qualquer ponto do País e provocar a alta dos preços não constitui crime previsto na Lei n.º 1.521/51.
- d) O Estatuto do Índio prevê causa especial de aumento de pena no caso da ocorrência de crime contra a pessoa em que o ofendido seja índio não integrado.
- e) O simples fato de vender mercadorias abaixo do preço de custo constitui crime contra a economia popular.

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

61. Em relação ao condomínio edilício e às obrigações relativas aos condôminos, é correto afirmar que:

- a) o imóvel gerador dos débitos condominiais pode ser objeto de penhora em cumprimento de sentença, ainda que somente o ex-companheiro tenha figurado no polo passivo da ação de conhecimento;
- b) é direito do condômino contribuir para as despesas do condomínio na proporção das suas frações ideais;
- c) apesar das limitações legais às alterações estéticas da edificação, é permitido que o condômino altere a forma da fachada, não sendo permitido que altere a sua cor;
- d) as despesas relativas a partes comuns de uso exclusivo de um condômino devem ser incluídas no cálculo da taxa condominial, já que é custo distribuído entre todos;
- e) o prazo prescricional para cobrar taxas condominiais é de dez anos, pois não há previsão específica no Código Civil.

62. O exercício incontestado e contínuo de uma servidão aparente, por dez anos, autoriza o interessado a registrá-la em seu nome no Registro de Imóveis, valendo-lhe como título a sentença que julgar consumado a usucapião. Em relação a esse instituto, é correto afirmar que:

- a) a inexistência de título pelo possuidor não impacta no prazo de dez anos indicado no enunciado;
- b) o dono do prédio serviente poderá embaraçar o exercício legítimo da servidão;
- c) a servidão, uma vez registrada, só se extingue, com respeito a terceiros, quando cancelada, inclusive nas desapropriações;
- d) a abertura de nova via é apta a negar reintegração de servidão de passagem extinta;
- e) também se extingue a servidão, ficando ao dono do prédio serviente a faculdade de fazê-la cancelar, mediante a prova da extinção, pelo não uso, durante cinco anos contínuos.

63. Em relação às disposições testamentárias, é nula a disposição:

- a) que se refira a pessoa incerta, ainda que a identidade se possa averiguar;
- b) que não permita ao herdeiro fixar o valor do legado;
- c) que favoreça a testemunha do testamento;
- d) que favoreça a pessoa incerta, exceto quando a um terceiro for determinado que a indique;
- e) que institua herdeiro ou legatário sob a condição captatória de que este disponha, também por testamento, exceto quando em benefício do testador.

64. Há três tipos de testamentos ordinários previstos no Código Civil: o público, o cerrado e o particular. Em relação ao testamento público, é requisito essencial:

- a) ser escrito por tabelião ou por seu substituto legal em seu livro de notas, de acordo com as declarações do testador, não podendo conter notas ou apontamentos;
- b) lavrado o instrumento, ser lido em voz alta pelo tabelião ao testador e a duas testemunhas, a um só tempo; ou pelo testador, se o quiser, na presença destas e do oficial;
- c) que o testador o entregue ao tabelião em presença de duas testemunhas;
- d) que o auto de aprovação seja assinado pelo tabelião, pelas testemunhas e pelo testador;
- e) que o testador declare que aquele é o seu testamento e quer que seja aprovado.

65. Dentre as opções abaixo, assinale a única que não corresponde a um direito real:

- a) a habitação;
- b) a hipoteca;
- c) a anticrese;
- d) a turbação;
- e) o direito do promitente comprador do imóvel.

66. Em relação ao instituto da servidão, é incorreto afirmar que:

- a) o dono de uma servidão pode fazer todas as obras necessárias à sua conservação e uso, e, se a servidão pertencer a mais de um prédio, serão as despesas rateadas entre os respectivos donos;
- b) quando a obrigação incumbir ao dono do prédio serviente, este poderá exonerar-se, abandonando, total ou parcialmente, a propriedade ao dono do dominante;
- c) as obras necessárias à conservação e ao uso da servidão devem ser feitas pelo dono do prédio dominante, se o contrário não dispuser expressamente o título;
- d) constituída para certo fim, a servidão pode, ainda, ser ampliada para abranger um outro, desde que parecido;
- e) nas servidões de trânsito, a de maior inclui a de menor ônus, e a menor exclui a mais onerosa.

67. Em relação à usucapião, assinale a alternativa incorreta:

- a) a existência de contrato de arrendamento mercantil do bem móvel impede a aquisição de sua propriedade pela usucapião, contudo, verificada a prescrição da dívida, inexistente óbice legal para prescrição aquisitiva;
- b) o bem imóvel público não está sujeito a usucapião;
- c) aquele que possuir, como sua, área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural;
- d) aquele que, por dez anos, sem interrupção, nem oposição, possuir como seu um imóvel, adquire-lhe a propriedade, independentemente de título e boa-fé; podendo requerer ao juiz que assim o declare por sentença, a qual servirá de título para o registro no Cartório de Registro de Imóveis;
- e) o imóvel público não é passível de usucapião, independentemente do tempo de posse de boa-fé daquele que pretende a exercer.

DIREITO EMPRESARIAL

Alessandro Sanchez

68. Tem-se que registro do empresário é considerado constitutivo, requisito da atividade empresarial. Além disso inscrição do empresário, no que se refere ao tempo, deve ser requerida no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede:

- a) Antes do início de sua atividade.
- b) Logo após o início de sua atividade.
- c) Antes ou logo após o início de sua atividade.
- d) Antes ou durante o exercício de sua atividade.
- e) de forma concomitante ao início da atividade.

69. A convolação da recuperação judicial em falência:

- a) decorre do inadimplemento de obrigação não sujeita à recuperação judicial.
- b) implica na invalidação de atos de administração, endividamento, oneração e de alienação praticados durante a recuperação judicial.
- c) decorre da apresentação do plano de recuperação.
- d) ocorre pelo descumprimento de qualquer obrigação assumida no plano de recuperação.
- e) Ocorre em vista do não pagamento de execução extrajudicial no prazo de 3 (três) dias após a citação.

70. Assinale a alternativa que não prospera:

- a) No decorrer do contrato, o devedor fiduciante pode usar do bem conforme sua destinação, porém deixa de ser titular do domínio.
- b) A propriedade fiduciária tem por objeto coisa fungível.
- c) O credor fiduciário adquire o direito de propriedade resolúvel e a posse indireta do bem.
- d) Reconhecida a nulidade do contrato de mútuo destinado à aquisição de bem, extingue-se a alienação fiduciária.
- e) Trata-se de ineficácia fraudulenta.

DIREITOS HUMANOS

Ricardo Torques

71. A Lei nº 10.257/2001, que visa estabelecer diretrizes gerais da política urbana, estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo. Com base na referida Lei, assinale a alternativa correta:

- a) A política urbana deve se orientar pela garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, mas tal conceito não se relaciona com os valores sociais do trabalho e o direito social ao lazer.
- b) A gestão democrática da política urbana deve contar com a participação da população e das associações representativas dos vários segmentos da sociedade em sua formulação, cabendo a execução e acompanhamento de planos, programas e projetos ao Poder Executivo local.
- c) O processo de urbanização, visando atender ao interesse social, deverá ser implementado exclusivamente pela cooperação entre os governos e a iniciativa privada.
- d) O planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do Município deve considerar questões ambientais para sua definição.
- e) A simplificação da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo e das normas edilícias deve visar a redução de custos e da oferta de lotes e unidades habitacionais.

72. Em relação à gestão democrática das cidades, a Lei nº 10.257/2001 dispõe que:

- a) Os organismos gestores das regiões metropolitanas e aglomerações urbanas podem incluir a participação da população e de associações representativas dos segmentos da comunidade.
- b) Admite-se a propositura de lei de iniciativa popular que trata sobre projetos de desenvolvimento urbano visando a gestão democrática municipal.
- c) Admite-se a realização de debates, audiências e consultas públicas, sendo dispensadas, quando

realizadas aquelas, as conferências sobre assuntos de interesse urbano.

d) É vedada o projeto de lei de iniciativa popular que verse sobre planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano.

e) Para a aprovação do orçamento anual, é dispensada a realização de consultas públicas, cabendo ao Executivo local organizá-lo em conformidade com seu programa de governo e desenvolvimento urbano.

73. A Portaria Interministerial MJ/SDH nº 4.226/2010 estabelece diretrizes sobre o uso da força pelos agentes considerando que a concepção do direito à segurança pública com cidadania demanda a sedimentação de políticas públicas de segurança pautadas no respeito aos direitos humanos. Sobre a Portaria, pode-se afirmar:

- a) O uso da força deverá obedecer aos princípios da legalidade, necessidade, proporcionalidade, moderação e conveniência.
- b) Os agentes de segurança pública, em regra, não deverão disparar armas de fogo contra pessoas, salvo nos casos específicos de legítima defesa própria contra perigo iminente de morte.
- c) É totalmente admitido o uso de armas de fogo contra pessoa em fuga que esteja desarmada ou em flagrante delito.
- d) O uso de armas de fogo contra veículo que desrespeite bloqueio policial em via pública é admitido se efetuados disparos de advertência.
- e) Todo agente de segurança pública que, em razão da sua função, possa vir a se envolver em situações de uso da força, deverá portar no mínimo um instrumento de menor potencial ofensivo e equipamentos de proteção necessários à atuação específica, independentemente de portar ou não arma de fogo

74. De acordo com a Portaria Interministerial nº 4.226/2010, pode-se afirmar:

- a) Os critérios de recrutamento e seleção para os agentes de segurança pública deverão levar em consideração os perfis físico, psicológico, social e econômico necessários para lidar com situações de estresse e uso da força e arma de fogo.
- b) Os processos seletivos para ingresso nas instituições de segurança pública devem incluir conteúdos relativos a direitos humanos, sendo dispensada sua cobrança nos cursos de formação e de especialização dos agentes.
- c) Deverá ser estimulado e priorizado, sempre que possível, o uso de técnicas e instrumentos de menor potencial ofensivo pelos agentes de segurança pública, de acordo com a especificidade da função operacional e sem se restringir às unidades especializadas.
- d) As atividades de treinamento fazem parte do trabalho rotineiro do agente de segurança pública e deverão ser realizadas em feriados e finais de semana, de maneira a serem preservados seus períodos de serviço.
- e) A renovação da habilitação para uso de armas de fogo em serviço deve ser feita com periodicidade mínima de 2 (dois) anos.

75. O Estatuto da Igualdade Racial, Lei nº 12.288/2010, destina-se a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica. Considerando o Estatuto, assinale a alternativa correta:

- a) A discriminação racial ou étnico racial considera elementos voltados à raça e cor, não abrangendo a origem nacional ou étnica do indivíduo.
- b) O Estatuto só pode ser aplicado em situações de injustificada diferenciação de acesso e fruição de bens, serviços e oportunidades na esfera pública.
- c) Considera-se como população negra o conjunto de pessoas assim classificadas pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
- d) São conceituadas como ações afirmativas os programas e medidas especiais adotados apenas pelo Estado para a correção das desigualdades raciais e para a promoção da igualdade de oportunidades.
- e) As políticas públicas são ações, iniciativas e programas adotados pelo Estado no cumprimento de suas atribuições institucionais.

76. O Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial foi instituído pela Lei nº 12.288/2010. Sobre o tema, pode-se afirmar:

- a) O Sinapir é um sistema de ação de âmbito federal, sendo vedada a participação de Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- b) O Sinapir pode contar com a participação de órgãos públicos, mas não admite que a iniciativa privada o constitua.
- c) O Sinapir deve buscar promover a igualdade étnica e o combate às desigualdades sociais resultantes do racismo, mas não poderá adotar ações afirmativas.
- d) Cabe ao Sinapir centralizar as ações desenvolvidas pelos governos estaduais, distritais e municipais.
- e) É assegurado às vítimas de discriminação étnica o acesso aos órgãos de Ouvidoria Permanente, à Defensoria Pública, ao Ministério Público e ao Poder Judiciário, em todas as suas instâncias, para a garantia do cumprimento de seus direitos.

5º Simulado Progressivo – Regulares para Delegado – 24/04/21

77. O Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003) é destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos. Com base no Estatuto, assinale a alternativa correta:

- a) Nenhum idoso será objeto de qualquer tipo de negligência, discriminação, violência, crueldade ou opressão e é dever de todos os sujeitos sociais prevenir a ameaça ou violação aos seus direitos.
- b) Compete à família exclusivamente comunicar à autoridade qualquer forma de violação aos direitos do idoso.
- c) Se o idoso ou seus familiares não possuírem condições econômicas de prover o seu sustento, deverão deixá-lo em asilos ou instituições congêneres.
- d) As transações relativas a alimentos poderão ser celebradas perante o Promotor de Justiça ou Defensor Público, que as referendará, e passarão a ter efeito de título executivo judicial.
- e) Todas as entidades de longa permanência, ou casalar, são obrigadas a firmar contrato de prestação de serviços com a pessoa idosa abrigada. Quando filantrópicas, tais instituições não poderão cobrar qualquer valor do idoso para fins de custeio da entidade.

78. De acordo com a Lei Maria da Penha, é correto afirmar:

- a) Na hipótese da iminência ou da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, a autoridade policial que tomar conhecimento da ocorrência adotará, de imediato, as providências legais cabíveis. Em caso de descumprimento de medida protetiva de urgência deferida, as providências competirão à autoridade judicial que as determinou.
- b) É direito da mulher em situação de violência doméstica e familiar o atendimento policial e pericial especializado, ininterrupto e prestado por servidoras, obrigatoriamente do sexo feminino, previamente capacitadas.
- c) A autoridade policial deve remeter, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, expediente apartado ao juiz com o pedido da ofendida, para a concessão de medidas protetivas de urgência.
- d) A autoridade policial poderá requisitar os serviços públicos necessários à defesa da mulher em situação

de violência doméstica e familiar e de seus dependentes.

- e) A autoridade policial não poderá requisitar outros exames periciais além do exame de corpo de delito da ofendida.

79. Considerando as disposições da Lei nº 11.340/2006, assinale a alternativa correta:

- a) Diante de um caso de violência doméstica, a autoridade policial deverá verificar se o agressor possui registro de porte ou posse de arma de fogo e, na hipótese de existência, deverá providenciar para que este seja cancelado e a arma confiscada.
- b) O agressor poderá ser afastado do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida pela autoridade judicial, pelo delegado de polícia quando o Município não for sede de comarca ou, ainda, pelo policial quando o Município não for sede de comarca e não houver delegado disponível no momento da denúncia.
- c) O agressor poderá ser afastado do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida pela autoridade judicial ou pelo delegado de polícia, não sendo admitido que o policial o faça.
- d) Poderá ser concedida liberdade provisória ao preso ainda que haja risco à integridade física da ofendida.
- e) Quando o afastamento do lar for determinado pelo delegado de polícia, a autoridade judicial deverá ser comunicada no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, quando decidirá sobre a manutenção ou revogação da medida aplicada.

80. Quanto ao benefício de prestação continuada, previsto na Lei nº 8.742/1993, é correto afirmar:

- a) É devido à pessoa com deficiência e ao idoso com 60 (sessenta) anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família.
- b) Para efeito de concessão do benefício de prestação continuada, considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de médio ou longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.
- c) Considera-se incapaz de prover a manutenção da pessoa com deficiência ou idosa a família cuja renda mensal per capita seja inferior a um quarto do salário mínimo, sendo vedada a sua cumulação com qualquer outro benefício no âmbito da seguridade social, salvo os da assistência médica e da pensão especial de natureza indenizatória.
- d) O benefício de prestação continuada não será devido a mais de um membro da mesma família, ainda que atendidos os requisitos exigidos pela lei.
- e) A condição de acolhimento em instituições de longa permanência prejudica o direito do idoso ou da pessoa com deficiência ao benefício de prestação continuada.

DIREITO AMBIENTAL

Luiz Carlos Oliveira

81. As terras devolutas utilizadas para a proteção ambiental, em uma visão doutrinária clássica, devem ser classificadas como bens:

- a) de uso comum do povo.
- b) de uso especial.
- c) dominicais.
- d) de uso privativo.
- e) de uso essencial.

82. Segundo o princípio da ubiquidade aplicado ao Direito Ambiental, é correto afirmar que:

- a) todas as atividades humanas e decisões políticas a serem tomadas devem levar em conta a variável ambiental.
- b) é fundamental a participação ativa dos países desenvolvidos em serem os primeiros a decotar suas ações antrópicas e apoiar financeiramente e tecnologicamente os países em desenvolvimento na busca do desenvolvimento sustentável.
- c) é um princípio que visa garantir que o Poder Público, quando da elaboração das políticas públicas, atue no sentido de, progressivamente, avançar na proteção do meio ambiente, estabelecendo um piso mínimo de proteção, impondo limites a impulsos revisionais supressivos por parte do legislador.
- d) o proprietário de um imóvel rural deve atender não apenas aos interesses econômicos e sociais, como também aos ambientais na manutenção e melhoria da qualidade do meio ambiente.
- e) cabe pagamento àquele que de alguma forma presta um serviço ambiental, preservando, melhorando ou recuperando a qualidade do meio ambiente.

83. O Código Florestal (Lei 12.651/2012) previu algumas áreas territoriais que devem ser especialmente protegidas. Dentre elas, destaca-se aquela a ser preservada pelo proprietário de imóvel rural a título de reserva legal. Para uma propriedade rural que se localiza no Estado do Pará, em área de florestas, a norma legal exige a preservação de um percentual mínimo de vegetação nativa de:

- a) 80%.
- b) 60%.
- c) 50%.
- d) 35%.
- e) 20%.

84. Nos termos da Lei 6.938/81, os órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como as fundações instituídas pelo Poder Público, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental, constituirão o Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA. Esse Sistema tem como órgão(s) executor(es):

- a) o Conselho de Governo, com a função de assessorar o Presidente da República na formulação da política nacional e nas diretrizes governamentais para o meio ambiente e os recursos ambientais.
- b) o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), com a finalidade de assessorar, estudar e propor ao Conselho de Governo, diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente e os recursos naturais e deliberar, no âmbito de sua competência, sobre normas e padrões compatíveis com o meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida.
- c) a Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República, com a finalidade de planejar, coordenar, supervisionar e controlar, como órgão federal, a política nacional e as diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente.
- d) o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes, com a finalidade de executar e fazer executar a política e as diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente, de acordo com as respectivas competências.
- e) os órgãos ou entidades estaduais responsáveis pela execução de programas, projetos e pelo controle e fiscalização de atividades capazes de provocar a degradação ambiental.

85. A Lei 9.985/2000 regulamentou o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII, da Constituição Federal e instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. É considerada unidade de conservação de uso sustentável:

- a) Parque Nacional.
- b) Estação Ecológica.
- c) Reserva Biológica.
- d) Monumento Natural.
- e) Floresta Nacional.

86. Nos termos do art. 15, da Lei 9.605/98, é uma circunstância que não agrava a pena, quando não constituem ou qualificam o crime ambiental, ter o agente cometido a infração:

- a) em finais de semana.
- b) mediante fraude ou abuso de confiança.
- c) atingindo espécies ameaçadas, listadas em relatórios oficiais das autoridades competentes.
- d) no interior do espaço territorial especialmente protegido.
- e) à noite.

87. Nos termos do Decreto 6.514/2008, quanto aos veículos utilizados na prática da infração ambiental é correto afirmar que a aplicação da sanção de apreensão pela autoridade competente desses bens:

- a) depende da prática reiterada de delitos ao meio ambiente.
- b) está condicionada a reincidência específica do infrator em crimes ambientais de mesma natureza.
- c) independe de seu uso exclusivo para a prática de atividades ilícitas.
- d) depende do tipo de crime ambiental praticado.
- e) independe do tipo de delito praticado, seja ambiental ou patrimonial.

MEDICINA LEGAL

Paulo Bilynskyj

88. De acordo com o Código de Processo Penal, quando a infração deixar vestígios, será indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, não podendo supri-lo a confissão do acusado. Sendo assim, chama-se cadeia de custódia o conjunto de todos os procedimentos utilizados para manter e documentar a história cronológica do vestígio coletado em locais ou em vítimas de crimes, para rastrear sua posse e manuseio a partir de seu reconhecimento até o descarte. A etapa para rastreamento do vestígio que consiste na descrição detalhada do vestígio conforme se encontra no local de crime ou no corpo de delito chama-se:

- a) coleta.
- b) acondicionamento.
- c) reconhecimento.
- d) fixação.
- e) processamento.

89. Dentre as alternativas abaixo, o sinal que pode ser encontrado no ferimento de **saída** do projétil de arma de fogo apresentando uma orla de escoriação no plano cutâneo é o:

- a) Câmara de Mina de Hoffman.
- b) Sinal de Romanesi.
- c) Sinal de Benassi.
- d) Sinal de Puppe Werkgaertner.
- e) Tronco de Cone de Bonnet.

90. Em um caso de feminicídio, os peritos constataram diversas equimoses pelo corpo da vítima, sendo que algumas apresentavam tons violáceos e outras todos esverdeados. De acordo com o espectro equimótico de Legrand du Saulle, possivelmente as equimoses foram produzidas há _____ e _____ da morte, respectivamente. Assinale a alternativa que preenche as lacunas.

- a) 5 e 10 dias.
- b) 3 e 8 dias.
- c) 2 e 11 dias.
- d) 7 e 12 dias.

e) 4 e 9 dias.

91. A morte por afogamento desenvolve-se em quatro fases. Assinale a alternativa que não corresponde a uma dessas fases.

- a) Fase de luta.
- b) Fase de exaustão.
- c) Fase de asfixia.
- d) Fase de resistência.
- e) Fase de submersão.

92. Um cadáver encontrado com mais de 16 e menos de 24 horas da morte apresentará as seguintes características:

- a) rigidez generalizada e esboço de mancha verde abdominal.
- b) rigidez dos membros superiores e livores relativamente acentuados.
- c) rigidez generalizada e não surgimento da mancha verde abdominal.
- d) rigidez da nuca e mandíbula e esboço dos livores.
- e) presença de mancha verde abdominal e início da flacidez.

93. A embriaguez é dividida em três fases, sendo que em uma delas, o indivíduo demonstra periculosidade, tornando-se agressivo, com fala desconexa e possíveis delírios. Essa fase é chamada de:

- a) fase de excitação.
- b) fase comatosa.
- c) fase crônica.
- d) fase de confusão.
- e) fase prodrômica.

CRIMINOLOGIA

Flávio Milhomem

94. Considerável parcela de doutrinadores compreende a política criminal como o conjunto de princípios e atividades que tem por fim reagir contra o fenômeno delitivo, através do sistema penal, determinando os meios mais adequados para o controle da criminalidade. A partir dessa afirmação, julgue os itens a seguir.

I Os movimentos sociais conhecidos por Tolerância Zero, Nova Defesa Social e Despenalização das Contravenções são considerados instrumentos de endurecimento do Estado no combate ao crescimento da criminalidade.

II Os defensores do movimento Lei e Ordem reconhecem que o agravamento das penas é medida necessária para combater a violência, embora acreditem que não faça justiça às vítimas.

III O movimento Tolerância Zero parte da ideia de que o Estado não deve negligenciar fatos criminosos, por mais insignificantes que sejam, já que esses fatos contêm em si uma fonte de irradiação da criminalidade.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item I está certo.
- b) Apenas o item II está certo.
- c) Apenas o item III está certo.
- d) Apenas os itens I e II estão certos.
- e) Apenas os itens II e III estão certos.

95. Dentre as escolas e doutrinas penais apresentadas a seguir, a que adota como finalidade da pena exclusivamente a prevenção geral positiva é:

- a) a Escola Positivista.
- b) a Escola Correccionalista.
- c) a Escola Técnico-jurídica.
- d) o Funcionalismo de Gunther Jakobs.
- e) a Escola Clássica.

96. Constitui um dos objetivos metodológicos da teoria do Labelling Approach (Teoria do Etiquetamento Social) o estudo detalhado da atuação do controle social na configuração da criminalidade. Assinale a alternativa correta:

- a) Para o labelling approach, o controle social penal possui um caráter seletivo e discriminatório gerando a criminalidade.
- b) O labelling approach é uma teoria da criminalidade que se aproxima do paradigma etiológico convencional para explicar a distribuição seletiva do fenômeno criminal.
- c) Para o labelling approach, um sistemático e progressivo endurecimento do controle social penal viabilizaria o alcance de uma prevenção eficaz do crime.
- d) O labelling approach, como explicação interacionista do fato delitivo, destaca o problema hermenêutico da interpretação da norma penal.
- e) O labelling approach surge nos EUA nos anos 80, admitindo a normalidade do fenômeno delitivo e do delinquente.

97. A moderna criminologia se dedica, também, ao estudo do controle social do delito, tendo este objeto representado um giro metodológico de grande importância. Assinale a alternativa correta:

- a) a família, a escola, a opinião pública, por exemplo, são instituições encarregadas de exercer o controle social primário.
- b) a polícia, o Judiciário, a administração penitenciária, por exemplo, são instituições encarregadas de exercer o controle social informal.
- c) a polícia, o Judiciário, a administração penitenciária, por exemplo, são instituições encarregadas de exercer o controle social formal.
- d) a família, a escola, a opinião pública, por exemplo, são instituições encarregadas de exercer o controle social terciário.
- e) a família, a escola, a opinião pública, por exemplo, são instituições encarregadas de exercer o controle social secundário.

98. No Estado Democrático de Direito a prevenção criminal é integrante da agenda federativa passando por vários setores do Poder Público, não se restringindo à Segurança Pública e ao Judiciário. Com relação à prevenção criminal, assinale a afirmativa correta:

- a) A prevenção primária se orienta aos grupos que ostentam maior risco de protagonizar o problema criminal, se relacionando com a política legislativa penal e com a ação policial.
- b) A prevenção secundária corresponde a estratégias de política cultural, econômica e social, atuando, por exemplo, na garantia da educação, saúde, trabalho e bem-estar social.
- c) A prevenção terciária se orienta aos grupos que ostentam maior risco de protagonizar o problema criminal, se relacionando com a política legislativa penal e com a ação policial.
- d) A prevenção secundária tem como destinatário o condenado, se orientando a evitar a reincidência da população presa por meio de programas reabilitadores e ressocializadores.
- e) A prevenção primária corresponde a estratégias de política cultural, econômica e social, atuando, por exemplo, na garantia da educação, saúde, trabalho e bem-estar social.

99. O estudo das teorias relaciona-se intimamente com as finalidades da pena. Nesse sentido, a teoria que sustenta que a única função efetivamente desempenhada pela pena seria a neutralização do condenado, especialmente quando a prisão acarreta seu afastamento da sociedade, é a teoria

- a) das janelas quebradas.
- b) relativa.
- c) unificadora.
- d) absoluta.
- e) agnóstica.

100. A ideologia da defesa social abarca o Princípio

- a) do interesse social, segundo o qual os interesses protegidos pelo direito penal são essencialmente aqueles pertencentes à classe economicamente dominante, que detém o poder de definição.
- b) da proporcionalidade, segundo o qual a sanção imposta ao condenado deve ser proporcional à gravidade do dano social causado pela prática do delito.
- c) da finalidade, segundo o qual a pena tem a finalidade primordial de retribuir o mal causado pela prática do delito, não exercendo função preventiva, seja por ser incapaz de ressocializar o “delinquente” ou desestimular o comportamento ilícito.
- d) do bem e do mal, segundo o qual o delito é um mal necessário para a sociedade e o “delinquente” um elemento funcional e essencial ao sistema, pois a violação da norma faz a sociedade reafirmar o seu valor, reforçando a coesão social.
- e) do delito natural, segundo o qual o núcleo central dos delitos definidos nas legislações penais das nações civilizadas representa violação de interesses fundamentais, comuns a todos os cidadãos.

Preencha o Gabarito

<http://bit.ly/Simulado-Delegado-24-04>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://bit.ly/Assinatura-ECJ>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>
